

Acompanhamento da Execução Orçamentária

2º BIMESTRE 2021

TCMIRJ

**TRIBUNAL DE CONTAS
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

APRESENTAÇÃO

No Município do Rio de Janeiro, o controle externo é exercido pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ), com o auxílio do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ), conforme disposto no art. 88, caput, da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (LOMRJ), por meio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas.

No âmbito do TCMRJ, com base no disposto no art. 1º, § 4º, inciso II, da Deliberação n.º 242/2017, cabe à Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento (CAD), órgão da Secretaria Geral de Controle Externo (SGCE), o acompanhamento da execução orçamentária do Município, inclusive das entidades da administração indireta, elaborando relatórios sobre a evolução da receita e despesa.

Dessa forma, o TCMRJ apresenta o relatório de acompanhamento da execução orçamentária do Município do Rio de Janeiro, referente ao 2º bimestre de 2021, produzido pela CAD.

Por fim, agradecemos a colaboração de todos os servidores desta Coordenadoria que, diariamente, contribuem para o aprimoramento institucional do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

Roberto Mauro Chapiro
Coordenador Técnico – CAD/SGCE

Sumário

1. Resultado Orçamentário	5
2. Receita Orçamentária	6
3. Despesa Orçamentária	12
3.1. Despesas por Funções de Governo	16

O presente relatório demonstra o desempenho orçamentário da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no 2º bimestre de 2021, bem como sua evolução no período de 2017 a 2021. Tem por base os relatórios de despesa e receita, emitidos pela Controladoria Geral do Município (CGM) por meio do Sistema FINCON¹, conforme Resolução CGM nº 1.730 de 27/05/2021, publicada no D.O.M em 28/05/2021, bem como os balancetes orçamentários da PCRJ.

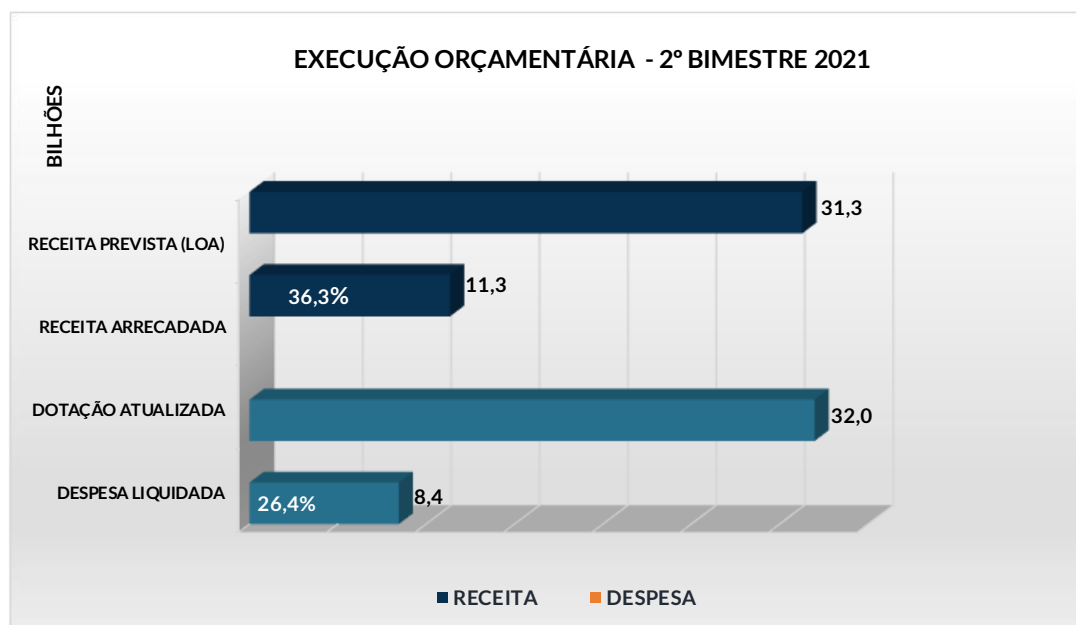
¹ Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária desenvolvido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

1. Resultado Orçamentário

O Município do Rio de Janeiro apresentou, no 2º bimestre de 2021, um superavit orçamentário de R\$ 2,90 bilhões. As receitas arrecadadas representaram 36,3% do montante previsto na Lei Orçamentária², enquanto as despesas liquidadas atingiram 26,4% da dotação atualizada³.

2º BIMESTRE 2021					Em R\$
Receita	Prevista (LOA) [A]	Arrecadada [B]	Desempenho [B/A]%	Composição [B/Btot]%	
Corrente	30.758.577.001	11.315.946.896	36,8%	99,8%	
Capital	509.062.343	20.708.493	4,1%	0,2%	
Receita Total	31.267.639.344	11.336.655.389	36,3%	100,0%	
Despesa	Dot. Atualizada [C]	Desp. Liquidada [D]	Desempenho [D/C]%	Composição [D/Dtot]%	
Corrente	29.787.233.523	8.079.951.490	27,1%	95,7%	
Capital	1.878.174.086	359.076.586	19,1%	4,3%	
Res. Contingência	295.799.537	-	-	0,0%	
Despesa Total	31.961.207.145	8.439.028.076	26,4%	100,0%	
Superavit Orç. [B-D]		2.897.627.313			

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)



² Lei n.º 6.842 de 29 de dezembro de 2020 (LOA 2021)

³ Dotação Atualizada = Despesa fixada na LOA + Créditos Adicionais

Cabe ressaltar que, face à insuficiência financeira apresentada pelo Poder Executivo ao final do exercício de 2020, no montante de R\$ 5,55 bilhões, o superavit orçamentário apurado nos dois primeiros bimestres do presente exercício não resulta em acúmulo de disponibilidades financeiras na mesma ordem. Isso porque, no mesmo período, o Poder Executivo pagou R\$ 1,93 bilhão de restos a pagar, ou seja, despesas originadas orçamentariamente em exercícios anteriores, que, por conta da insuficiência financeira constatada ao final do exercício, tiveram que ser satisfeitas em grande parte com recursos arrecadados em 2021.

2. Receita Orçamentária

A Lei Orçamentária de 2021 estimou em R\$ 30,76 bilhões as Receitas Correntes e em R\$ 509,06 milhões as Receitas de Capital, totalizando R\$ 31,27 bilhões de previsão orçamentária.

Abaixo é apresentada a arrecadação até o 2º bimestre de 2021, por categoria econômica e origem:

2º BIMESTRE 2021				Em R\$
Receita	Prevista (LOA) [A]	Arrecadada [B]	Desempenho [B/A]%	Composição [B/Btot]%
Receitas Correntes	30.758.577.001	11.315.946.896	36,8%	99,8%
Receita Tributária	13.119.110.264	5.440.316.727	41,5%	48,0%
ISS	6.235.119.337	2.034.198.208	32,6%	17,9%
IPTU	4.032.583.235	2.280.172.206	56,5%	20,1%
Demais Tributos	2.851.407.692	1.125.946.313	39,5%	9,9%
Receita de Contribuições	5.414.584.561	1.526.111.448	28,2%	13,5%
Receita Patrimonial	327.510.332	80.310.298	24,5%	0,7%
Receita Industrial	10.111.739	855.683	8,5%	0,0%
Receita de Serviços	325.170.500	41.055.398	12,6%	0,4%
Transferências Correntes	10.490.088.836	3.998.782.152	38,1%	35,3%
FUNDEB	2.692.887.981	1.204.156.094	44,7%	10,6%
ICMS líquido FUNDEB	2.149.209.515	742.889.600	34,6%	6,6%
SUS	2.004.942.942	706.902.123	35,3%	6,2%
IPVA líquido FUNDEB	618.381.828	465.978.106	75,4%	4,1%
Outras Transf. Correntes	3.024.666.570	878.856.229	29,1%	7,8%
Outras Receitas Correntes	1.072.000.769	228.515.190	21,3%	2,0%
Receitas de Capital	509.062.343	20.708.493	4,1%	0,2%
Operações de Crédito	261.979.725	-	0,0%	0,0%
Alienação de Bens	92.650.786	7.681.851	8,3%	0,1%
Amortização de Empréstimos	670.910	19.046	2,8%	0,0%
Transferências de Capital	153.760.922	13.007.596	8,5%	0,1%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	0,0%
Receita Total	31.267.639.344	11.336.655.389	36,3%	100,0%

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)

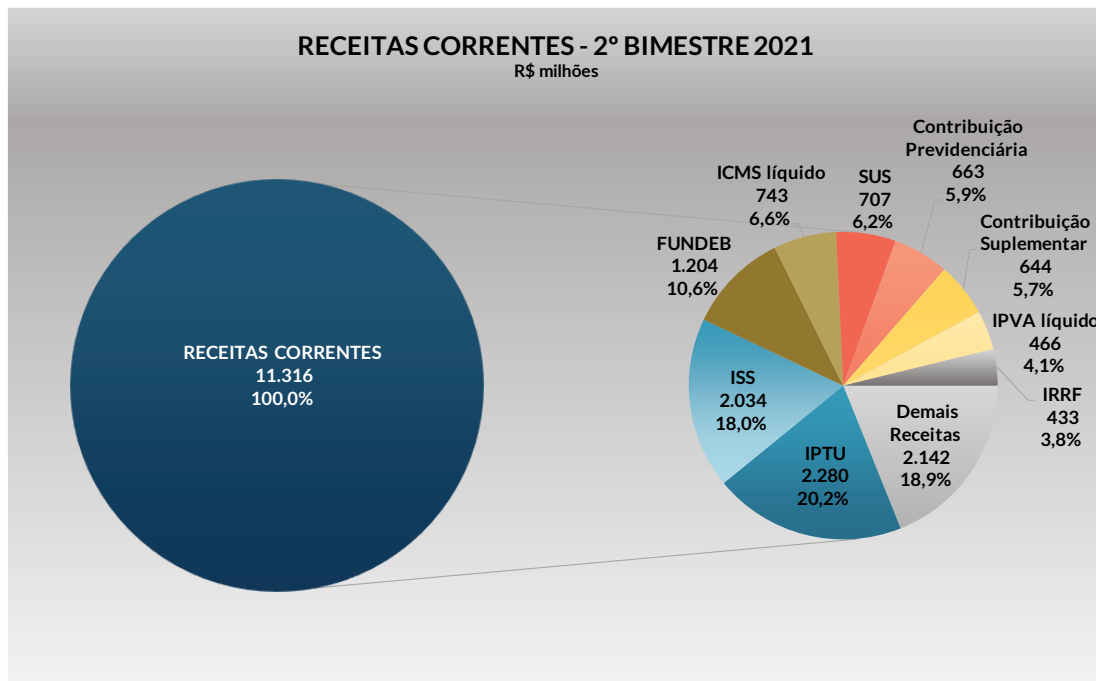
Observa-se que o total das receitas arrecadadas no período sob análise somou R\$ 11,34 bilhões. Sob a ótica das categorias econômicas, a arrecadação das Receitas Correntes (R\$ 11,32 bilhões) atingiu um desempenho de 36,8% do previsto para todo o exercício. Já a realização das Receitas de Capital (R\$ 20,71 milhões) foi de 4,1% do valor estimado na LOA.

Na tabela a seguir estão apresentadas as maiores arrecadações verificadas no acumulado do 2º bimestre de 2021.

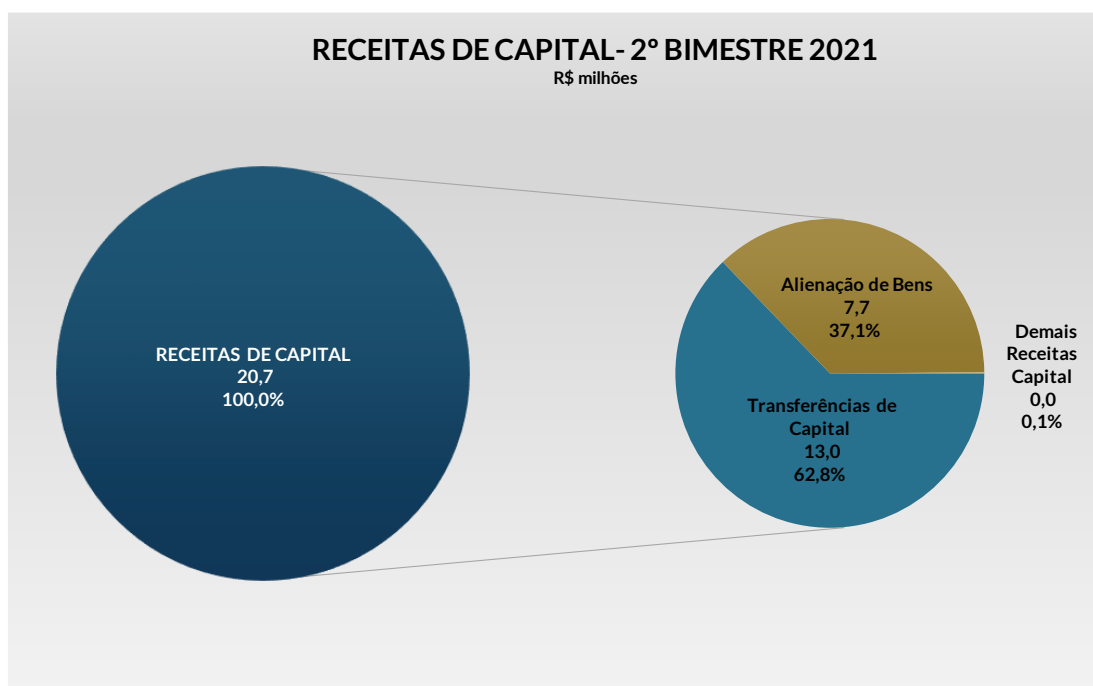
2º BIMESTRE 2021		Em R\$
Maiores Arrecadações	2021 [A]	Composição [A/Atot]%
Receitas Correntes	11.315.946.896	99,8%
IPTU	2.280.172.206	20,1%
ISS	2.034.198.208	17,9%
FUNDEB	1.204.156.094	10,6%
ICMS Líquido FUNDEB	742.889.600	6,6%
SUS	706.902.123	6,2%
Contribuição Previdenciária	662.676.197	5,8%
Contribuição Suplementar	644.322.451	5,7%
IPVA líquido FUNDEB	465.978.106	4,1%
IRRF	432.772.985	3,8%
Demais Receitas Correntes	2.141.878.926	18,9%
Receitas de Capital	20.708.493	0,2%
Transferências de Capital	13.007.596	0,1%
Alienação de Bens	7.681.851	0,1%
Amortização de Empréstimos	19.046	0,0%
Receita Total	11.336.655.389	100,0%

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM), com classificações CAD.

As Receitas Correntes representaram quase que a totalidade do valor arrecadado (99,8%) até o 2º bimestre de 2021, destacando-se arrecadações oriundas das Receitas Tributárias do IPTU e do ISS, cuja soma importou em R\$ 4,31 bilhões, respondendo por 38,1% do total realizado pelo Município no período.



As Receitas de Capital, aquelas oriundas de contratação de operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos e transferências de capital, representaram apenas 0,2% do total arrecadado nesse período, com destaque para as “Transferências de Capital”, que somaram R\$ 13,01 milhões, ou seja, 62,8% do total arrecadado nesta categoria econômica.



A seguir, é demonstrada a série histórica da receita arrecadada até o 2º bimestre dos exercícios de 2017 a 2021, segregada por categorias e origem e atualizada pelo IPCA-E médio do período.

Cabe mencionar que em 2018 foi instituída a nova estrutura de classificação da receita orçamentária, conforme disposto na Portaria Interministerial STN/SOF nº 5 de 27/08/2015. Portanto, para fins de comparação das séries históricas de arrecadação, foi realizada a convergência dos códigos de receitas do exercício de 2017 (classificação anterior) para a nova classificação em vigor⁴.

2º BIMESTRE 2021 Em R\$ constantes (IPCA-E médio 2021)

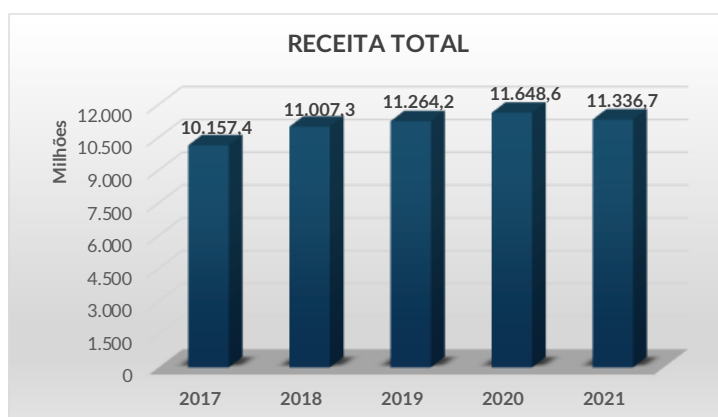
Receita	Arrecadada				
	Valores Constantes				
	2017	2018	2019	2020	2021
Receitas Correntes	10.096.860.749	10.645.438.708	11.242.612.370	11.506.916.011	11.315.946.896
Receita Tributária	4.720.052.610	4.992.755.120	5.400.823.897	5.352.290.136	5.440.316.727
ISS	2.006.822.102	2.106.588.110	2.166.905.430	2.162.217.499	2.034.198.208
IPTU	1.784.488.289	1.910.559.808	2.205.446.917	2.161.026.873	2.280.172.206
Demais Tributos	928.742.219	975.607.202	1.028.471.550	1.029.045.763	1.125.946.313
Receita de Contribuições	1.362.375.128	1.386.949.668	1.619.976.407	1.565.945.239	1.526.111.448
Receita Patrimonial	255.069.585	191.792.693	201.900.984	152.812.101	80.310.298
Receita Industrial	1.450.242	2.406.618	2.154.944	1.738.275	855.683
Receita de Serviços	97.471.144	114.196.931	117.184.362	120.845.579	41.055.398
Transferências Correntes	3.199.469.239	3.397.918.314	3.396.234.524	3.629.246.165	3.998.782.152
FUNDEB	950.495.844	1.031.506.311	1.048.975.462	1.003.531.644	1.204.156.094
ICMS líquido FUNDEB	711.410.007	745.712.144	714.120.579	673.314.778	742.889.600
SUS	520.924.186	547.007.462	493.761.234	768.516.908	706.902.123
IPVA líquido FUNDEB	577.166.618	553.764.966	542.130.984	468.192.693	465.978.106
Outras Transf. Correntes	439.472.584	519.927.432	597.246.265	715.690.143	878.856.229
Outras Receitas Correntes	460.972.800	559.419.364	504.337.252	684.038.514	228.515.190
Receitas de Capital	60.545.967	361.817.060	21.559.878	141.641.718	20.708.493
Operações de Crédito	46.365	266.353.770	6.001.792	40.227.921	-
Alienação de Bens	13.470.569	4.282.735	11.160.327	90.288.277	7.681.851
Amortização de Empréstimos	20.468.195	19.738.756	242.013	90.297	19.046
Transferências de Capital	26.560.838	71.438.934	4.155.747	11.035.224	13.007.596
Outras Receitas de Capital	-	2.864	-	-	-
Receita Total	10.157.406.716	11.007.255.768	11.264.172.248	11.648.557.729	11.336.655.389

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM).

Os valores foram atualizados pelo IPCA-E médio do exercício de 2021.

Os gráficos a seguir ilustram a evolução da receita arrecadada por categoria econômica e total.

⁴ No âmbito do Município do RJ, a CGM editou a Resolução Conjunta CGM/SMF n.º 92 de 23/02/18 que aprovou o novo classificador da receita e da despesa, bem como divulgou a Tabela de Convergência DE-PARA dos códigos de receitas existentes em 2017 e o novo código em 2018.

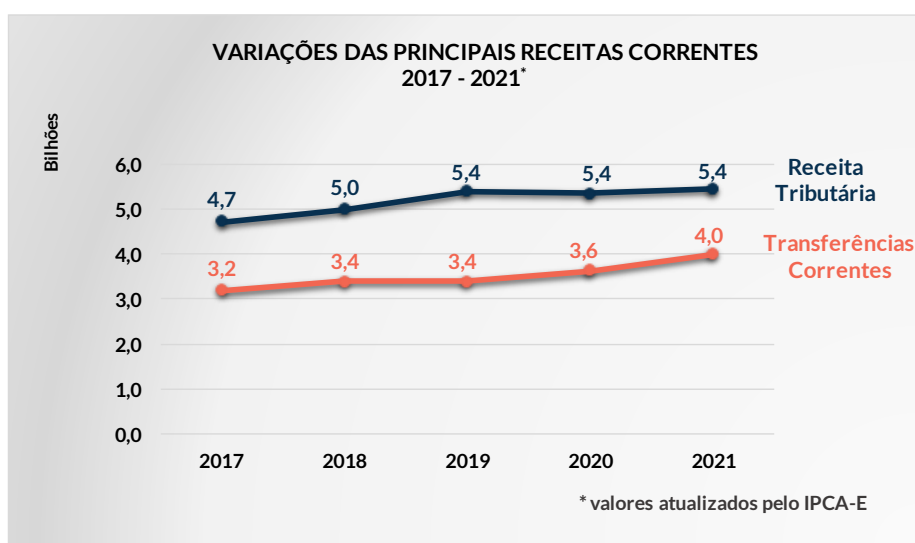


Em relação ao mesmo período do exercício de 2020, as receitas totais arrecadadas de janeiro a abril de 2021 tiveram um recuo de 2,7%, descontada a inflação média do período.

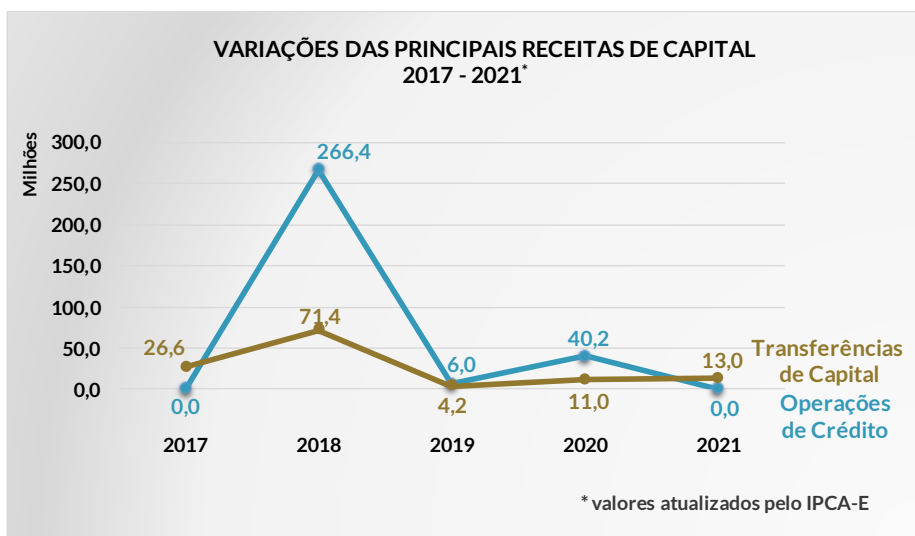
Quanto às Receitas Correntes, a arrecadação no período em análise apresentou decréscimo de 1,7% em termos reais, o equivalente a R\$ 190,97 milhões em valores absolutos. Destaca-se a queda na arrecadação de diversas rubricas, tais como a receita de ISS, 5,9% (R\$ 128,02 milhões), “Receita Patrimonial”, 47,4% (R\$ 72,50 milhões), “Receita de Serviços”, 66% (R\$ 79,79 milhões), e “Outras Receitas Correntes”, 66,6% (R\$ 455,52 milhões) menor que o mesmo período do ano anterior. Por outro lado, verifica-se o incremento de 10,2% nas “Transferências Correntes”, resultado, precipuamente, do incremento de 20% nas transferências do FUNDEB (R\$ 200,62 milhões) e das receitas intraorçamentárias da Riosaude relativas a novos convênios de gestão de unidades de saúde celebrados ao longo de 2020. Também contribuiu positivamente o crescimento de 5,5% na receita tributária do IPTU que, em valores absolutos, equivalem a R\$ 119,15 milhões.

Em relação às Receitas de Capital, constata-se um decréscimo da arrecadação na ordem de 85,4% (R\$ 120,93 milhões), reflexo da ausência de liberações de operações de crédito no ano e da queda de 91,5% na receita de “Alienação de Bens” (R\$ 82,61 milhões).

A partir do quadro com a série histórica da arrecadação 2017-2021, verifica-se, na categoria econômica Receitas Correntes, que, para as 2 (duas) origens de receitas mais relevantes (Receita Tributária e Transferências Correntes), a primeira apresentou um leve incremento de 1,6% no acumulado do 2º bimestre de 2021 frente ao mesmo período de 2020, mantendo-se no mesmo patamar dos dois exercícios anteriores; já a segunda apresentou crescimento acima da inflação média do período nos últimos dois exercícios em função, dentre outras, das receitas da Riosaude relativas a convênios de gestão de unidades de saúde, já mencionadas anteriormente, e ainda, no caso de 2020, das transferências de recursos do SUS para enfrentamento da COVID-19.



Em relação à categoria econômica Receitas de Capital, verifica-se a baixa realização das “Operações de Crédito” e “Transferências de Capital” nos últimos exercícios, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

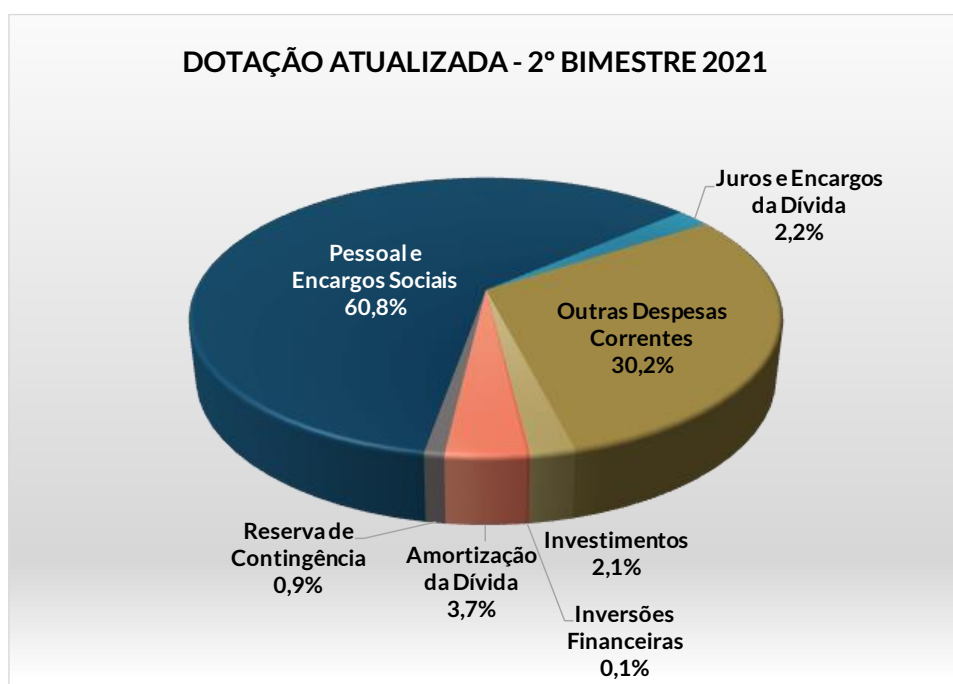


3. Despesa Orçamentária

A Lei Orçamentária de 2021 fixou, inicialmente, em R\$ 31,27 bilhões a despesa orçamentária, sendo R\$ 29,31 bilhões relativos às Despesas Correntes e R\$ 1,91 bilhão às Despesas de Capital. Estabeleceu, ainda, uma Reserva de Contingência de R\$ 47 milhões.

Após as alterações orçamentárias ocorridas durante os meses de janeiro a abril de 2021, verificou-se uma dotação atualizada de R\$ 31,96 bilhões, sendo R\$ 295,80 milhões em Reserva de Contingência.

As Despesas Correntes representaram 93,2% da dotação atualizada para 2021, destacando-se “Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes” que, somadas, atingem 91% do orçamento total do Município. Já as Despesas de Capital compõem 5,9% do orçamento.



A tabela a seguir apresenta a execução orçamentária das despesas do período, por categoria econômica e natureza.

2º BIMESTRE 2021

Despesa	Em R\$				
	Despesa Fixada (LOA)	Dotação Atualizada [A]	Despesa Liquidada [B]	Execução [B/A]%	Composição [B/Btot]%
Despesas Correntes	29.308.316.200	29.787.233.523	8.079.951.490	27,1%	95,7%
Pessoal e Encargos Sociais	19.497.508.216	19.450.049.992	5.510.945.217	28,3%	65,3%
Juros e Encargos da Dívida	694.193.235	693.963.235	212.404.663	30,6%	2,5%
Outras Despesas Correntes	9.116.614.749	9.643.220.296	2.356.601.611	24,4%	27,9%
Despesas de Capital	1.912.323.144	1.878.174.086	359.076.586	19,1%	4,3%
Investimentos	727.938.436	661.916.740	7.366.024	1,1%	0,1%
Inversões Financeiras	10.744.764	42.617.402	16.436.053	38,6%	0,2%
Amortização da Dívida	1.173.639.944	1.173.639.944	335.274.509	28,6%	4,0%
Reserva de Contingência	47.000.000	295.799.537	-	-	-
Total	31.267.639.344	31.961.207.145	8.439.028.076	26,4%	100,0%

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)

O total das despesas liquidadas atingiu R\$ 8,44 bilhões, sendo executados R\$ 8,08 bilhões em Despesas Correntes (27,1% da dotação atualizada) e R\$ 359,08 milhões em Despesas de Capital (19,1% da dotação atualizada).

As Despesas Correntes representaram 95,7% do total executado até o 2º bimestre de 2021, destacando-se os grupos “Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes”, que somaram R\$ 7,87 bilhões, alcançando 93,2% da execução orçamentária.

As Despesas de Capital importaram em 4,3% do total executado, sendo liquidado R\$ 335,27 milhões (4%) em “Amortização da Dívida”, R\$ 16,44 milhões (0,2%) em “Inversões Financeiras” e apenas R\$ 7,37 milhões em “Investimentos” (0,1%).

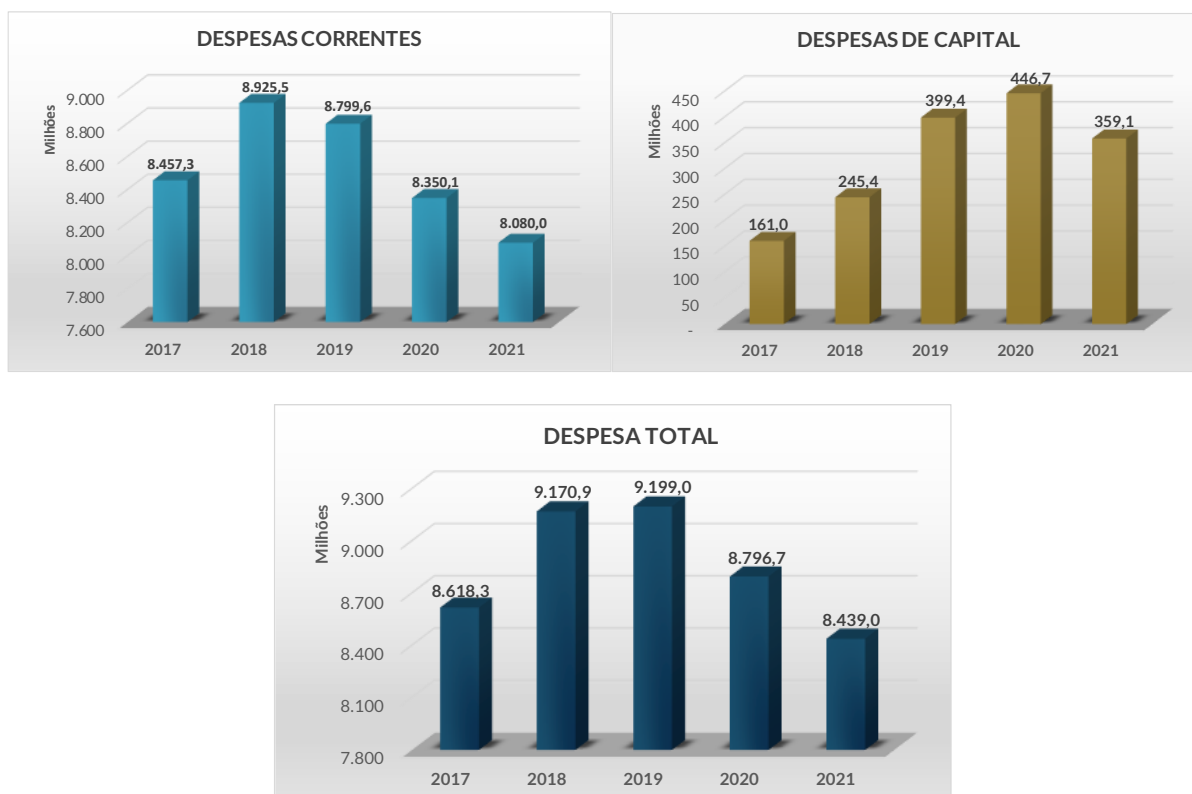
A seguir, é demonstrada a evolução da execução da despesa nos dois primeiros bimestres dos exercícios de 2017 a 2021, segregada nas categorias Corrente e Capital e atualizada pelo IPCA-E médio do período.

2º BIMESTRE 2021

Despesa	Em R\$ constantes (IPCA-E médio 2021)				
	Liquidada				
	Valores Constantes				
	2017	2018	2019	2020	2021
Despesas Correntes	8.457.310.823	8.925.464.002	8.799.583.989	8.350.067.301	8.079.951.490
Pessoal e Encargos Sociais	5.437.614.927	5.514.808.932	5.890.557.641	5.700.151.013	5.510.945.217
Juros e Encargos da Dívida	216.453.056	258.997.448	270.299.355	206.040.120	212.404.663
Outras Despesas Correntes	2.803.242.841	3.151.657.621	2.638.726.993	2.443.876.168	2.356.601.611
Despesas de Capital	161.034.680	245.428.042	399.369.957	446.676.226	359.076.586
Investimentos	57.240.264	18.133.381	77.918.943	100.887.552	7.366.024
Inversões Financeiras	1.272.501	-	2.183.021	9.462.605	16.436.053
Amortização da Dívida	102.521.915	227.294.661	319.267.992	336.326.070	335.274.509
Despesa Total	8.618.345.503	9.170.892.044	9.198.953.946	8.796.743.527	8.439.028.076

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM).

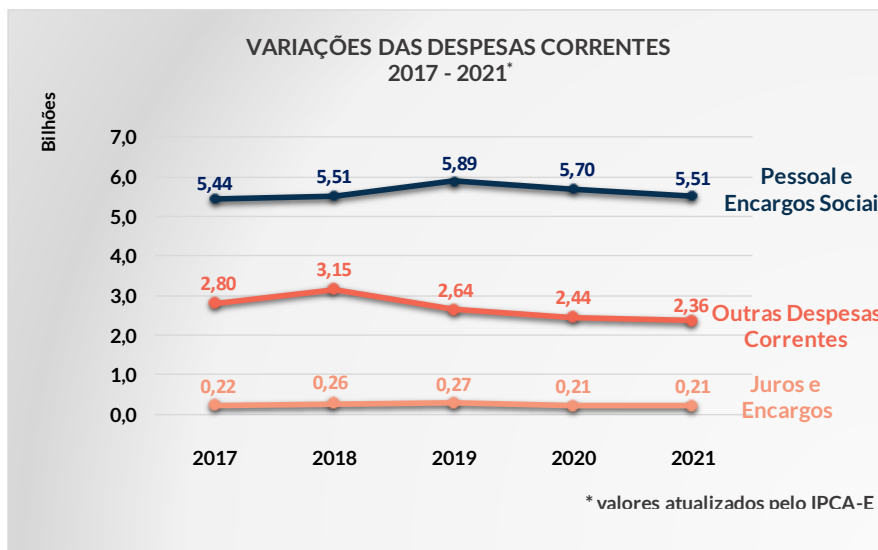
Os valores foram atualizados pelo IPCA-E médio Exercício 2021



As despesas totais liquidadas até o 2º bimestre de 2021 apresentaram recuo (valores atualizados pelo IPCA-E) de 4,1% (R\$ 357,72 milhões) em relação ao mesmo período do exercício anterior.

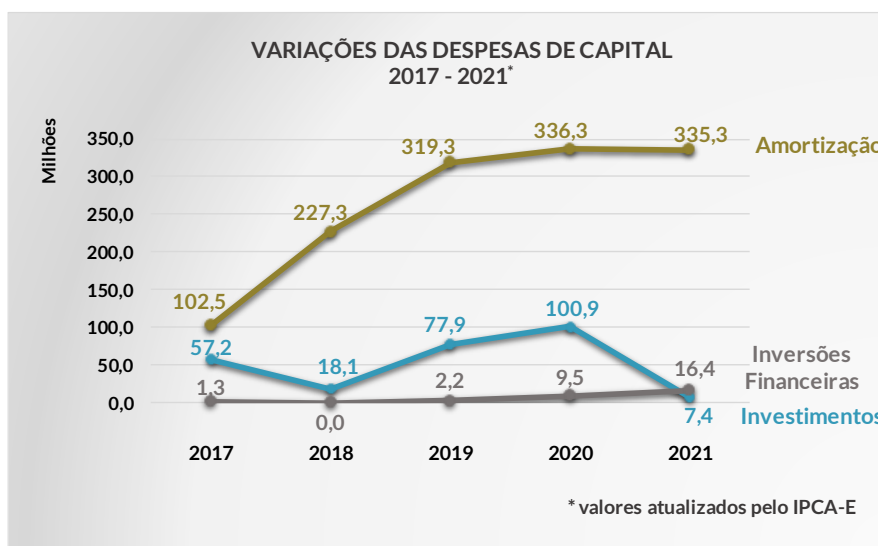
Em relação às Despesas Correntes, observa-se um decréscimo de 3,2% (R\$ 270,12 milhões), resultado da queda de 3,3% na execução em “Pessoal e Encargos Sociais” (R\$ 189,21 milhões) e 3,6% em “Outras Despesas Correntes” (R\$ 87,27 milhões).

Na análise da série histórica, verificam-se as variações ocorridas nas Despesas Correntes entre o 2º bimestre de 2017 e o 2º bimestre de 2021. Ressalta-se que as “Outras Despesas Correntes” apresentaram variação negativa de 15,9% no período de 2017/2021. Já para as despesas de “Pessoal e Encargos Sociais”, apesar da queda na execução no exercício corrente, observa-se um incremento de 1,3%, em termos reais, quando comparado o período 2017/2021.



As Despesas de Capital apresentaram decréscimo de 19,6% (R\$ 87,60 milhões) entre o 2º bimestre 2020/2021, justificado pela baixa execução de “Investimentos”.

Na comparação da série histórica 2017/2021, houve acréscimo na execução das Despesas de Capital de 123% (apesar da queda em 2021), explicado principalmente pelo aumento de 227% (R\$ 232,75 milhões) em “Amortização da Dívida”, ocasionado pelo pagamento de operações de crédito contraídas em exercícios anteriores.



3.1. Despesas por Funções de Governo

A aplicação dos recursos da Administração Pública encontra-se aqui examinada através das Funções Governamentais, que agregam o nível máximo de ações do Município do Rio de Janeiro no cumprimento dos seus objetivos socioeconômicos.

A classificação funcional segregava as dotações orçamentárias buscando indicar em qual área de ação municipal a despesa foi realizada.

A seguir, é demonstrada a evolução da execução da despesa liquidada, por função de governo, nos meses de janeiro a abril de 2017 a 2021 (valores atualizados pelo IPCA-E médio de 2021).

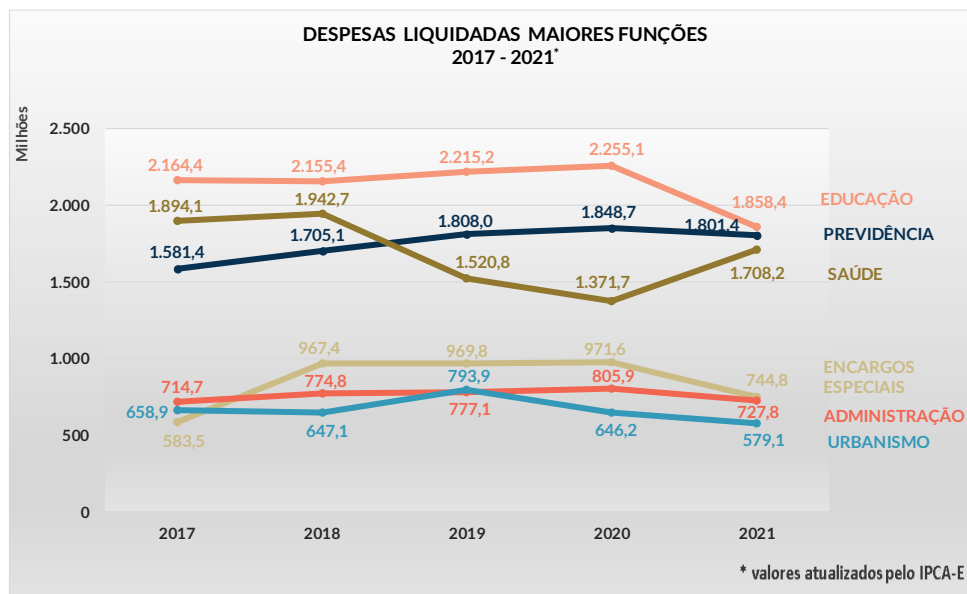
2º BIMESTRE 2021		Em R\$ constantes (IPCA-E médio 2021)					Composição 2021
Função	Despesas Liquidadas						
	Valores Constantes						
	2017	2018	2019	2020	2021		
12 - EDUCACAO	2.164.361.750	2.155.443.417	2.215.183.649	2.255.138.540	1.858.444.481	22,0%	
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	1.581.382.405	1.705.075.132	1.808.048.510	1.848.689.725	1.801.441.805	21,3%	
10 - SAUDE	1.894.144.142	1.942.683.247	1.520.769.282	1.371.684.095	1.708.211.931	20,2%	
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	583.507.894	967.404.376	969.792.706	971.570.019	744.848.564	8,8%	
04 - ADMINISTRACAO	714.658.012	774.816.979	777.101.442	805.914.870	727.843.525	8,6%	
15 - URBANISMO	658.946.839	647.133.110	793.855.959	646.221.722	579.087.162	6,9%	
01 - LEGISLATIVA	226.753.539	172.407.767	268.663.576	116.669.972	244.823.809	2,9%	
08 - ASSISTENCIA SOCIAL	187.923.598	197.538.994	215.508.782	234.185.199	220.722.074	2,6%	
17 - SANEAMENTO	187.315.628	195.013.193	215.176.880	148.546.289	182.331.578	2,2%	
06 - SEGURANCA PUBLICA	185.559.557	179.454.622	183.950.597	186.432.924	175.360.546	2,1%	
26 - TRANSPORTE	69.871.812	64.843.840	57.711.519	51.424.649	59.514.244	0,7%	
02 - JUDICIARIA	39.058.008	41.597.734	38.730.724	50.327.929	37.391.922	0,4%	
23 - COMERCIO E SERVICOS	25.267.648	32.161.839	30.770.506	31.629.383	22.162.258	0,3%	
11 - TRABALHO	2.623.418	5.696.894	5.777.794	4.959.844	20.571.017	0,2%	
18 - GESTAO AMBIENTAL	30.837.597	31.252.555	30.306.556	24.752.439	18.251.255	0,2%	
13 - CULTURA	50.928.140	37.382.640	34.058.693	21.337.952	14.347.922	0,2%	
16 - HABITACAO	10.778.142	9.525.335	19.456.244	13.854.594	13.755.612	0,2%	
27 - DESPORTO E LAZER	1.660.119	4.907.312	6.903.577	6.660.821	6.270.031	0,1%	
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	282.161	2.621.824	3.142.724	3.405.800	1.487.070	0,0%	
22 - INDUSTRIA	2.428.077	1.776.114	1.395.276	1.640.445	1.241.763	0,0%	
19 - CIENCIA E TECNOLOGIA	57.019	2.155.119	2.648.950	1.696.317	919.507	0,0%	
Despesa Total	8.618.345.503	9.170.892.044	9.198.953.946	8.796.743.527	8.439.028.076	100,0%	

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)

Os valores foram atualizados pelo IPCA-E médio do Exercício de 2021.

No 2º bimestre de 2021, as funções “Educação”, “Previdência Social”, “Saúde”, “Encargos Especiais”, “Administração” e “Urbanismo” representaram 87,9% do montante das despesas liquidadas.

O gráfico a seguir apresenta a evolução das despesas nessas funções no acumulado dos meses de janeiro a abril dos exercícios de 2017 a 2021.



Com relação às despesas liquidadas por funções, pode-se destacar:

- **Função Educação** - apresentou decréscimo de R\$ 396,69 milhões nas liquidações até o 2º bimestre de 2021, quando comparadas a igual período de 2020, o que representou uma queda de 17,6% descontada a inflação do período. A variação mais expressiva ocorreu no programa “Gestão Administrativa – Capital Humano na Formação do Carioca”, com liquidação de R\$ 415,46 milhões menor que a efetuada em igual período de 2020.

Em relação à série histórica, verifica-se uma queda de 14,1%, em termos reais, na execução da Função Educação quando comparado o segundo bimestre de 2017 e de 2021.

- **Função Previdência Social** – as liquidações nos meses de janeiro a abril de 2021 mantiveram-se em patamar próximo da execução nos anos de 2019 e 2020, apresentando declínio de 2,6% em relação a igual período de 2020, equivalente a R\$ 47,25 milhões em valores absolutos. No acumulado do período 2017–2021, observou-se crescimento real de 13,9% (R\$ 220,06 milhões).

As obrigações com aposentadorias e pensões são as despesas com maior representatividade nesta função, respondendo por 96,3% das liquidações até o 2º bimestre de 2021.

- **Função Saúde** - verifica-se incremento de 24,5% (R\$ 336,53 milhões) das despesas liquidadas até o 2º bimestre de 2021 quando comparado com o mesmo período do exercício anterior. As principais variações foram verificadas nos programas “Gestão Administrativa – Saúde Preventiva e Emergência Social” (incremento de R\$ 200,54 milhões) e “Atenção Primária a Saúde” (incremento de R\$ 73,37 milhões).

Ressalta-se que, no período de 2017-2021, houve queda na execução desta função de 9,8%, o equivalente a R\$ 185,93 milhões em valores absolutos.

- **Função Encargos Especiais** – constata-se uma queda nas liquidações de 23,3% (R\$ 226,72 milhões) nos meses de janeiro a abril de 2021 quando comparadas a igual período de 2020.

Cabe ressaltar que, analisando a execução por elemento de despesa, constata-se expressiva redução na execução dos aportes para cobertura do deficit atuarial e indenizações e restituições.

Em relação à série histórica, o aumento da despesa nesta função foi de 27,7% (R\$ 161,34 milhões).

- **Função Administração** – apresentou um decréscimo de 9,7% (R\$ 78,07 milhões) no 2º bimestre de 2021 comparado ao mesmo período do exercício anterior.

As principais variações nesta função, no ano corrente, foram nas ações “Provisão de Gasto com Pessoal – Governança para os Cidadãos” (queda de R\$ 34,93 milhões) e “Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica – Adm. Direta – Governança para os Cidadãos” (redução de R\$ 29,54 milhões).

Para o período 2017-2021, o incremento foi de 1,8%, R\$ 13,19 milhões.

- **Função Urbanismo** - apresentou decréscimo de 10,4% (R\$ 67,13 milhões) nas despesas liquidadas até o 2º bimestre de 2021 em comparação ao mesmo período de 2020. O maior impacto se deu no programa “Expansão do Sistema de Transportes”, que, nos dois primeiros bimestres de 2020, havia executado R\$ 56,40 milhões com a implantação do BRT Transbrasil e que, no ano corrente, não houve liquidação.

Na análise da série histórica, houve uma queda nas liquidações na ordem de 12,1% (R\$ 79,86 milhões).

Por fim, cabe destacar que o presente relatório foi desenvolvido a fim de atender o art. 1º, § 4º, inc. II, da Deliberação TCMRJ nº 242 de 27/06/2017, e será periodicamente atualizado e divulgado por este Tribunal de Contas.